

SOBRE A PROVA DA EXISTÊNCIA DE DEUS EM BENEDICTUS SPINOZA

ÍRIS FÁTIMA DA SILVA*

1 A PROVA DA EXISTÊNCIA DE DEUS EM SPINOZA

A definição e prova da existência de Deus no livro I da *Ética* de Spinoza (1632-1677), é tratada na *proposição VI*: “Por Deus entendo o ente absolutamente infinito, isto é, uma substância que consta de infinitos atributos, cada um dos quais exprime uma essência eterna e infinita”¹. Para a possibilidade de relacionar a essência divina à existência, Spinoza delimita uma identidade entre a existência e a potência constituinte da essência de Deus, definindo Deus como *substância existente em si e por si*, ou seja, *substância incriada, infinita e eterna*. Institui, entretanto, **quatro** provas para a existência de Deus através de argumentos de veracidade lógica. Deus é entendido como *causa de todas as coisas, autoprodutor, causa de si e por si, imanente e causa eficiente*.

Spinoza pensa o significado de ser infinito não aquele que se dá apenas no seu gênero, como ele mesmo afirma na explicação à *definição VI*, mas como infinito em sentido absoluto. É na *proposição VIII* que Spinoza trata do que é propriamente infinito e eterno, objetivando a demonstrar a eternidade da substância divina, ou seja, Deus é eterno e, por isso, não se pode sequer pensá-lo presente no tempo, ou na totalidade do tempo, porque por eterno compreende-se sem começo e sem fim. Ademais, para o autor, Deus é substância, ou seja, o que existe por si e em si é

concebido, como já fora afirmado na *definição I*. Admitese, portanto, Deus como *substância incriada e eterna*.

Spinoza parece interromper a sua definição de Deus para expor através de axiomas e das primeiras proposições, a caracterização da natureza da substância para retomar a definição de Deus a partir da própria prova da existência divina. “Deus, ou a substância que consta de infinitos atributos, cada um dos quais exprime uma essência eterna e infinita, existe necessariamente”.

Mas, como podemos garantir a veracidade da existência necessária de Deus por meio de tais definições? É este propósito que subjaz às provas da existência de Deus que podem ser constatadas em suas demonstrações e no *escólio à proposição XI*. Com o *axioma VII* – que afirma – ser impossível conceber a idéia da essência do inexistente envolvendo a essência do que é existente, e ainda a *proposição VII* – afirma – “A natureza da substância pertence ao existir”; constatando, entretanto, a impossibilidade de conceber a não existência de Deus, sendo a sua existência necessária.

A *proposição XI*, – segunda prova da existência de Deus – afirma que para provar a existência ou a inexistência de algo é preciso “designar” a causa ou a razão “pela qual a coisa existe ou não existe”. Evidencia-se um argumento de natureza lógica, uma vez que, se alguém afirma ou nega a existência de alguma coisa, está subentendido a necessidade de explicar a razão ou a causa para negá-la ou afirmá-la.

A terceira prova da existência de Deus vale-se da constatação *a posteriori* de que se existe o finito pode-se induzir que exista o infinito, fundamentado, entretanto, na identidade entre a existência e a potência, entendida como inseparável, uma vez que, admitir a inexistência de um ser infinito é admitir a sua impotência que para Spinoza é absurdo devido as suas constatações definidas anteriormente.

A partir da constatação da existência dessa identidade é que Spinoza tecerá o seu último argumento, posto da seguinte forma:

* Graduada em LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E INGLESA E LITERATURAS BRASILEIRA, PORTUGUESA E INGLESA - UFRN. ESPECIALIZAÇÃO EM FILOSOFIA - METAFÍSICA e MESTRADO EM FILOSOFIA - UFRN-PPGFIL sob orientação do Prof. Dr. Oscar Federico Bauchwitz. Membro do GRUPO DE ESTUDOS METAFÍSICA E TRADIÇÃO - GEMT. Estuda atualmente a obra do filósofo Italiano Luigi Pareyson – está desenvolvendo um projeto de Doutorado para a UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI TORINO - ITÁLIA sob a orientação do Prof. Dr. Gianluca Cuzzo.

¹ SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. INTRODUCCIÓN, TRADUCCIÓN Y NOTAS DE VIDAL PEÑA. Primera edición em “El libro de Bolsillo”: 1987, terceira reimpressão em 1996, Madrid. Ed. Cast.: Alianza Editorial. (*Ética I*, Def. VI).

Com efeito, se o poder existir é potência, segue-se que quanto mais realidade é própria da natureza de alguma coisa tanto mais potencialidade ela tem em si mesma para existir; por isso, o ente absolutamente infinito, isto é, Deus, tem em si mesmo o poder absolutamente infinito de existir, pelo que ele existe absolutamente (*Ética I, Prop. XI - Escólio*).

Comprova-se dessa maneira à relação direta que há entre o existir e a potência, ou seja, para existir torna-se necessária a potencialidade do existir que nada mais é do que a própria potência do ente absolutamente infinito, visto que negar este argumento seria o mesmo que afirmar que nada existe, posto que, está na substância divina toda e qualquer forma de existência.

2 A CAUSALIDADE EM DEUS

O passo seguinte de Spinoza é demonstrar como as coisas provêm de Deus, está aqui entendido como *causador de todas as coisas*, em especial do pensamento e da extensão, *autoprodutor*, *causa de si e por si*, como Deus imanente e não como Deus transcendente.

2.1 ATRIBUTOS DE DEUS: PENSAMENTO E EXTENSÃO

Dos muitos atributos de Deus dois merecem especial atenção, que são a extensão e o pensamento. Para Spinoza a extensão referente à substância infinita e eterna, Deus, só pode ser concebida como indivisa e infinita. Contrapondo dessa forma a opinião vigente em sua época sobre a propriedade dessa substância, que a viam como sendo corpórea e por isso, composta de partes, isto é, divisível. Pode-se encontrar ainda outro argumento que defende a corporeidade e divisibilidade da substância extensiva, a qual Spinoza também se contrapõe. Este segundo argumento consiste no seguinte: “Deus, dizem, dado que é o ente sumamente perfeito, não pode ser paciente; ora a substância corpórea, dado que é divisível, pode ser paciente; por consequência, não pertence à essência de Deus”².

A refutação destes argumentos, considerados insuficientes por Spinoza foi demonstrada nas proposições defendidas anteriormente por ele, nas quais é visível a defensiva quanto à indivisibilidade da substância e de seus respectivos atributos (*Ética I, Prop. XV - Escólio*). O erro, contudo, em conceber a divisibilidade da substância, segundo Spinoza, está no fato de que nós “somos propensos por natureza a

dividir a quantidade” e esta sendo “por nós concebida de duas maneiras”; de forma imaginativa e de forma intelectual (*Ética I, Prop. XV - Escólio*); donde se infere que, na primeira forma de conhecer a substância, vemo-la “finita, divisível e composta de partes”; ao passo que, na forma de conhecer intelectual, vemo-la como “infinita, única e indizível” (*Ética I, Prop. XV - Escólio*). O que transparece claramente aqui, como afirma o autor, é a distinção entre “imaginação e entendimento” (*Ética I, Prop. XV - Escólio*).

Não obstante, do mesmo modo infinito imutável e eterno é o pensamento, quanto é envolvido pela substância divina, de forma que uma não pode ser separada da outra, pois, a “existência de Deus e a sua essência são uma e a mesma coisa” (*Ética I, Prop. XX*). Portanto, uma vez aceito o argumento de Spinoza, não há como admitir hipóteses contrárias, senão em aceitá-las como indubitáveis, devido ao ajustamento lógico de sua argumentação.

2.2 DEUS COMO AUTOPRODUTOR

“Deus é causa eficiente de todas as coisas que pode cair sob um intelecto infinito” posto na (*Ética I, Prop. XVI - Corolário I*); segue-se “que Deus é causa por si, e não por acidente” (*Ética I, Prop. XVI - Corolário II*); e por último “que Deus é absolutamente causa primeira” (*Ética I, Prop. XVI - Corolário III*). Com isto em mente, Spinoza atribui ainda a Deus o poder de agir segundo a sua natureza e ele como causa livre; disso resultam por consequência todas as outras coisas, pois, é a partir de Deus que é concebida a existência e essência de tudo o que existe.

2.3 DEUS COMO CAUSA IMANENTE

Ao contrário da visão escolástica, que concebe a idéia de Deus transcendente, Spinoza por sua vez, atribui a Deus a imanência, afirmado na (*Proposição XVIII*). Em Deus está tudo o que existe visto a impossibilidade de toda e qualquer forma de existência fora de Deus, sendo, portanto imanente, isto é, causa de todas as coisas.

2.4 DEUS COMO CAUSA EFICIENTE

Dado que Deus é causa da existência das coisas (o que quer dizer causa eficiente), tem-se que admiti-lo como causador das essências delas.

Esse mesmo raciocínio pode ser verificado quanto à ação das coisas, que afirma está em Deus à

² *Ética I, Prop. XV - Escólio*.

determinação do agir das coisas; dessa forma é que Spinoza pode comprovar mediante o seguinte argumento:

Qualquer coisa singular, ou, por outras palavras, qualquer coisa que é finita e tem existência determinada, não pode existir nem ser determinada à ação se não é determinada a existir e a agir por outra causa, a qual é também finita e tem existência determinada; e, por sua vez, esta causa também não pode existir nem ser determinada à ação se não é determinada a existir e a agir por outra causa, a qual também é finita e tem existência determinada, e assim indefinidamente³.

Por conseguinte, seguindo este raciocínio chega-se a infinitude de Deus, uma causa finita só pode ser determinada por uma causa infinita, pois, pensar em uma causa finita ser determinada por outra finita é considerado inconsistente e absurdo, no raciocínio spinozista.

3 DIMENSÕES DA NATUREZA: NATURANTE E NATURADA

É oportuno ainda fazer uma distinção entre o que Spinoza chama de *Natureza Naturante* e *Natureza Naturada*, as quais compõem as dimensões da Natureza para a qual não pode haver, não além, fora disto.

Por *natureza naturante* Spinoza entende “o que existe em si e é concebido por si, ou, por, aqueles atributos da substância que exprimem uma essência eterna e infinita” (*Ética I, Prop. XXIX – Escólio*). Acrescenta ainda Deus como causa livre, na qual tudo o mais são ou atributo ou modos dos atributos de Deus.

Spinoza entende a *natureza naturada* do seguinte modo:

Tudo aquilo que resulta da necessidade da natureza de Deus, ou, por outras palavras, de qualquer dos atributos de Deus, isto é, todos os modos dos atributos de Deus, enquanto são considerados como coisas que existem em Deus e não podem existir nem ser concebidas em Deus” (*Ética I, Prop. XXIX – Escólio*)

O que se infere dessas duas definições é que tornou-se crucial para Spinoza distinguir entre as duas dimensões da Natureza, e esta distinção reside nas afecções, as quais dizem respeito aos atributos de Deus e não a Deus, ou seja, a *Natureza Naturada* não é Deus, porém, a mesma está em Deus.

Por conseguinte, afirma Spinoza: “o entendimento em ato, quer ele seja finito quer infinito, assim como a *vontade*, a *apetição* e o *amor*, etc., devem ser referidos à *Natureza Naturada* e não à *Natureza Naturante*” (*Ética I, Prop. XXXI*). Por esse motivo o intelecto, o entendimento, a apetição, a vontade, enfim, tudo o que pode ser tido ou entendido como *afecção* “é tão somente um certo modo do pensar”, que por sua vez só pode existir e ser determinado a agir devido a uma causa livre, e esta não é outra coisa senão Deus. “Por consequência, a potência de Deus, pela qual ele próprio e todas as coisas existem e agem, é a própria essência dele mesmo” (*Ética I, Prop. XXXIV-Demonstração*).

Nesta definição, portanto, é reafirmada aquela identidade entre a essência e a potência, cuja relação é necessária e fundamental para a existência de todas as coisas.

4 CONCLUSÃO

Segundo Spinoza, toda e qualquer existência, existe necessariamente em Deus, por isso é dependente dele; ou seja, fora de Deus nada pode existir ou ser concebido, pois, “tudo é determinado, pela necessidade da natureza divina, não somente a existir senão também a existir e agir de modo certo, e nada existe de contingente” (*Ética I, Prop. XXIX-Demonstração*). Para Spinoza, a existência de toda e qualquer coisa só é possível se admitirmos a existência da natureza divina, isto é a *Natureza Naturante*, de onde todas as coisas provêm, e a qual não carece de nada para existir, pois, *existe em si* e é concebida por si; sendo assim, definida por Deus, substância eterna e infinita. Por *Natureza Naturada*, pode-se entender o mundo, tudo o que é resultado, ou produto da *necessidade* da *Natureza Naturante*. Ademais, para a *Natureza Naturada* existir torna-se dependente e necessária a existência da *Natureza Naturante*, pois, esta é a possibilidade de toda existência. Com efeito, tudo o que existe, existe pela necessidade da natureza divina, sendo por ela e nela concebida e determinada a existir, assim como a *agir de certo modo*.



³ *Ética I, Prop. XXVIII*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Introducción, traducción y notas de Vidal Peña. Primera edición em “El libro de Bolsillo”: 1987, terceira reimpressão em 1996, Madrid. Ed. Cast.: Alianza Editorial.

ESTUDOS SOBRE SPINOZA:

COLERUS, Jean. **Vida de Spinoza**. Tradução de Emanuel Angelo da Rocha Fragoso. Disponível em: <<http://www.benedictusdespinoza.pro.br/4939/15139.html>>. Acesso em: 16 ago. 2009.

DELEUZE, Gilles. **Cursos de Gilles Deleuze Sobre Spinoza**. Seleção, Introdução e Tradução de Emanuel Angelo da Rocha Fragoso e Hélio Rebelo Cardoso Jr. Londrina: 2002. Não publicado.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995-1997. 5 v. (Coleção Trans).

FERNÁNDEZ G., Eugenio. Spinoza em discusión. **Anales del Seminario de historia de la Filosofía**. Madrid, Editorial Complutense, Número 10, p. 225-230, 1993.

FRAGOSO, Emanuel A. da R. **Spinoza: cinco ensaios por Renan, Delbos, Chartier, Brunschvig, Boutroux**. Londrina: Eduel, 2004.

_____. O nome de Spinoza. Disponível em: <<http://www.benedictusdespinoza.pro.br/4939/17139.html>>. Acesso em: 16 ago. 2009.

GUEROULT, Martial. **Lugar do Spinozismo na Filosofia**. Tradução de Antonio de Carvalho Júnior e Revisão técnica de Emanuel Angelo da Rocha Fragoso. Londrina: 2003. Não publicada.

LARRAURI, Maite. Spinoza e as Mulheres. Tradução de Emanuel Angelo da Rocha Fragoso. **Kalagatos**: Revista de Filosofia do Mestrado Acadêmico em Filosofia da UECE, Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 209-244, verão de 2006.

